§ 2º É vedado o recebimento de Bolsas de Incentivo à Atividade Educacional, simultânea e cumulativamente, com qualquer outra forma de remuneração pela atuação em um mesmo projeto.

§ 3º As Bolsas de Incentivo à Atividade Educacional poderão ser concedidas a servidores públicos, observadas as limitações previstas no § 3º do art. 12 da Lei Estadual nº 9.324, de 2021.

Art. 5º A seleção dos bolsistas para atuação no Programa "Forma Pará" será executada pelas Instituições de Ensino Superior (IES) encarregadas da oferta dos cursos, observado:

I - os critérios técnicos essenciais à atividade educacional promovida; e II - o disposto no inciso I do art. 12 da Lei Estadual nº 9.324, de 2021.

Art. 6º A suspensão ou rescisão das Bolsas de Incentivo à Atividade Educacional poderão ocorrer a qualquer momento, mediante solicitação do representante máximo da Instituição de Ensino Superior (IES) responsável pela oferta dos cursos.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista no caput deste artigo, haverá a correspondente redução no valor do convênio ou termo de execução descentralizada.

Art. 7º A atualização monetária dos valores das Bolsas de Incentivo à Atividade Educacional previstos no art. 4º deste Decreto poderá, a critério da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica (SECTET), ser feita nos mesmos percentuais e periodicidade utilizados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Parágrafo único. A atualização monetária será formalizada por meio de Portaria do Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica e mediante apostilamento aos convênios e termos de execução descentralizados celebrados, sempre condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira do Estado, respeitados os limites da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º As Bolsas de Incentivo à Atividade Educacional serão financiadas com recursos provenientes do Estado do Pará, por conta da provisão orçamentária designada anualmente à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Estado do Pará (SECTET).

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de julho de 2023.

HANA GHASSAN TUMA

Governadora do Estado em exercício

Protocolo: 961962

ERRATA

No Decreto datado de 30 de maio de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.420, página 5, coluna 2, que trata da nomeação de BRENDA RASSY CARNEIRO MARADEI para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Núcleo:

Onde se lê: ..., a contar de 1º de junho de 2023.

Leia-se: ..., a contar de 8 de junho de 2023.

Protocolo: 961964

D E C R E T O Nº 3198, DE 11 DE JULHO DE 2023

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 69.120.477,44 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei Orçamentária nº 9.851, de 12 de janeiro de 2023

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 69.120.477,44 (Sessenta e Nove Milhões, Cento e Vinte Mil, Quatrocentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Quatro Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
07101158114997659 - SEDOP	01500000001	449051	468.811,46
081012781214998317 - SEEL	01500000001	339032	350.000,00
081012781314998796 - SEEL	01500000001	335041	2.000.000,00
151011339215038424 - SECULT	01700000006	335041	14.245.652,38
151011339215038841 - SECULT	01700000006	335041	10.000.000,00
271031854114978931 - NEPMV	01500000001	339033	10.000,00
291012678214867505 - SETRAN	01500000001	444042	681.675,71
462021339215038841 - FCP	01500000001	339039	150.000,00
652012481314998795 - FUNTEIPA	01500000001	335041	300.000,00
662010612515028271 - DETRAN	01752000061	339040	10.000.000,00
662010612515028273 - DETRAN	01752000061	339001	5.000.000,00
662010612515028830 - DETRAN	01752000061	339037	10.000.000,00
662010612615088238 - DETRAN	01752000061	339040	15.000.000,00
691012369514988791 - SETUR	01500000001	339039	500.000,00
722012369114988783 - JUCEPA	01501000061	339037	404.337,89
901011024415058397 - FES	02600000049	339014	6.000,00
901011024415058397 - FES	02600000049	339033	4.000,00
TOTAL			69.120.477,44

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011512115088890 - SEDOP	01700000006	449052	9.000.000,00
071011545114897645 - SEDOP	01700000006	449051	2.000.000,00
071011751214897567 - SEDOP	01700000006	449051	3.245.652,38
271031812212978407 - NEPMV	01500000001	339039	10.000,00
291012678214867432 - SETRAN	01700000006	449052	10.000.000,00
462021339215038842 - FCP	01500000001	339031	1.118.811,46
662010612515028274 - DETRAN	01752000061	339039	10.000.000,00
662010612615088238 - DETRAN	01752000061	449052	5.000.000,00
662012678214867505 - DETRAN	01752000061	449051	25.000.000,00
672011648214897643 - COHAB	01500000001	339048	3.031.675,71
722012312212978338 - JUCEPA	01501000061	339030	200.000,00
722012312212978338 - JUCEPA	01501000061	339036	19.000,00
722012312212978338 - JUCEPA	01501000061	339040	35.000,00
722012312615088238 - JUCEPA	01501000061	339040	50.337,89
722012312815088887 - JUCEPA	01501000061	339033	100.000,00
901011030115078874 - FES	02600000049	339039	10.000,00
91102288460008590 - Enc. SEPLAD-PL	01500000001	339039	300.000,00
TOTAL			69.120.477,44

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de julho de 2023.

HANA GHASSAN TUMA

Governadora do Estado, em exercício

ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 961970

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 0724/2023-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO: o processo nº 2023/760815, de 03/07/2023.

CONSIDERANDO que confere à Administração a prerrogativa de acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos celebrados e seus aditivos, visando o cumprimento das obrigações contratuais e a prestação adequada dos serviços contratados, nos termos previstos no artigo 58, inciso III, da Lei nº 8.666/93 – Licitações e Contratos Administrativos e que a execução e fiscalização dos Contratos Administrativos no âmbito da Casa Civil da Governadoria do Estado, serão efetivadas nos termos desta Portaria, onde deverá ser acompanhada a execução por servidor designado para fiscal de contrato e seu auxiliar.

RESOLVE:

I - DESIGNAR o servidor WALDOMIRO FRANÇA NETO, ocupante do cargo de Assistente Operacional II, matrícula funcional nº 5931844/1, para função de fiscal e PAULO SERGIO DE SOUSA, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, matrícula funcional nº 6402898/1, para Suplente do contrato abaixo discriminado, tendo como objeto, a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Água Mineral Natural, para atender as necessidades da Casa Civil da Governadoria do Estado.

CONTRATO	EMPRESA
Nº 28/2023-CCG/PA	N R PEREIRA COMERCIO DE AGUA EIRELI

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 de julho de 2023.

DELCIENE LOUREIRO CORREA

Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 0725/2023 - CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 1.215/2023-CCG, de 31/03/2023, publicado no DOE nº 35.349, de 03/04/2023, e CONSIDERANDO: o processo nº 2023/477535, de 25/04/2023.

CONSIDERANDO que confere à Administração a prerrogativa de acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos celebrados e seus aditivos, visando o cumprimento das obrigações contratuais e a prestação adequada dos serviços contratados, nos termos previstos no artigo 58, inciso III, da Lei nº 8.666/93 – Licitações e Contratos Administrativos e que a execução e fiscalização dos Contratos Administrativos no âmbito da Casa Civil da Governadoria do Estado, serão efetivadas nos termos desta